

Memória de reunião do PDI

Campus Dom Pedrito

04/10/18

Memória da reunião do PDI realizada em Dom Pedrito no dia 04/10/18, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no auditório do Campus.

Foram registradas nessa memória as falas de: Maurício Aires Vieira (Vice-Reitor no exercício da Reitoria), Luís Hamilton Tarragô (representando a PROPLAN), Leonardo Paz (Coordenador Acadêmico), Geise Loreto (Coordenadora Administrativa), Sandro Burgos (PRAEC), Luiz Lima (PROGEPE), Pedro Madruga (PROPPI), Viviane Gentil (PROGRAD), Rafael Maurer (PROEXT), Pierre Martins (DTIC), Sandra Mara (PROGEPE), Fátima de Lurdes (TAE), Cíntia da Rosa (TAE), algacir Rigon (docente), Denise da Silva (docente), Nelson Ruben (docente), Vagner Brasil (docente), Nelson de Mello (docente), José Guilherme (docente) e Fernanda Gomes (discente). O professor Leonardo, no exercício da direção do Campus, abriu os trabalhos às 9h28 destacando como foi realizado o trabalho de elaboração do diagnóstico, frisando que o tempo exíguo não permitiu que o trabalho fosse mais amplo. Foi justificada a ausência do diretor tendo em vista a sua participação em evento agendado antes da reunião. A metodologia foi de realizar um diagnóstico por curso e não houve compilação e sim, a reunião de todas as colaborações em um arquivo que será objeto de análise durante a reunião. O Magnífico Vice-Reitor Maurício Aires, no exercício do cargo de Reitor, agradeceu a acolhida e a dinâmica de preparação da reunião por parte do Campus Dom Pedrito. Ele destacou que o PDI que está sendo construído perpassa essa direção e será um documento que pensará a Unipampa nos próximos cinco anos, sendo assim, ao permear toda a gestão da instituição, é objeto de análise dos órgãos de controle e, além disso, deve ser um produto de construção coletiva que precisará da participação de todos. Destacou que a próxima etapa do PDI será virtual e que, portanto, será importante que todos se dediquem para que o documento abranja os anseios da comunidade acadêmica. Luís Hamilton apresentou a metodologia da reunião e frisou que nessa etapa presencial as contribuições serão bem-vindas. Para ele, esse próximo PDI terá metas estabelecidas, com orçamento vinculado às iniciativas e aos eixos estratégicos. As iniciativas deverão ter planos de ações com acompanhamento e

monitoramento, prevendo readequações e mudanças de estratégias quando uma meta não está sendo alcançada. Para ele, esse PDI prima por ser factível, ou seja, da proposição de um documento que permita a realização do que é proposto. Destacou que os órgãos de controle já começaram a solicitar informações a respeito dos PDI vigentes e, por isso, tal planejamento deverá ser construído levando em consideração a realidade da instituição e a sua capacidade de alcançar aquilo que foi pactuado pela comunidade acadêmica. Luís Hamilton reforçou que dentro do eixo infraestrutura o Campus deverá apontar quais são as prioridades, pois esse dado é importante para nortear a construção do PDI. A reunião começou pelo Eixo 1 – Compromisso Institucional, sendo que o Pró-Reitor Luís Hamilton realizou a leitura dos apontamentos do Campus, convidando os presentes a contribuírem com a redação do texto. O professor José Guilherme solicitou que fosse debatido se a Unipampa está discutindo as ameaças de não atendimento às políticas de processo seletivo nacional. Como ponto forte, ele solicitou que fosse registrado que são realizadas ações para outros processos seletivos e que isso tem que ser pontuado. Ficou ajustado que as contribuições/complementações do público presente seriam prioritariamente registradas na memória. Luís Hamilton destacou que continuaria realizando a leitura do diagnóstico do Campus e que apenas as contribuições dos presentes seriam registradas na memória. No tocante a Extensão, Rafael Maurer (PROEXT) destacou que a ameaça sobre o número limitado de bolsas para atender os acadêmicos precisar ser melhor explicada, pois ele informou que a PROEXT atendeu a todas as propostas desde 2016. Segundo ele, a possibilidade dos alunos participarem de vários projetos está sendo implantada no sentido da curricularização da extensão que vai contemplar esse pedido. Ele não entendeu o que seria “política de extensão”, pois ele compreende que a PROEXT apresenta uma política de extensão e que gostaria de saber o que poderia ser melhorado. A servidora Geise destacou que o curso de Licenciatura do Campo solicitou a inclusão dessa demanda de termos uma política de extensão. Rafael destacou que um levantamento dos projetos só é possível mediante a entrega de relatório por parte dos proponentes. O professor Algacir destacou a respeito da política que foi debatido acerca dos recursos para extensão para que tenhamos recursos para participação fora da universidade, pois a ação extensionista fora do campus é prejudicada quando a ideia é atender com mais ênfase ao público externo ou até mesmo para socializar os trabalhos da Unipampa. Rafael agradeceu a colaboração e informou que isso será pensado para os próximos editais. Quanto às bolsas ele questionou sobre os motivos pelo apontamento. Cíntia respondeu que o regime de alternância nas horas semanais dos bolsistas é um problema, por isso eles solicitaram o registro de que os alunos não estando no campus não podem participar, sendo que os alunos de outro município acabam por não ser atingidos pelo proposto. No eixo 2, gestão institucional, o professor Vagner destacou que a carência de infraestrutura envolve também a questão de falta de motorista e não de veículo e isso deve ser levado em conta no diagnóstico. O professor Lima (PROGEPE) apontou que os pontos fracos sobre docentes que acabam saindo da Unipampa mas que há, elogios dos

docentes a respeito da Unipampa, entretanto, questões apontadas por mais de 60% dos professores que pediram exoneração ou remoção deverão ser levadas em consideração. O professor Madruga (PROPPI) contribuiu questionando que muitos professores que foram redistribuídos apontaram que um dos motivos era a falta de uma fundação na Unipampa. Em outras IFES, com a fundação era possível o desenvolvimento de projetos com a probabilidade de oferta de bolsas. Ele destacou que a reitoria está trabalhando a questão da Unipampa ser incluída na questão do pagamento de adicional de fronteira como forma de manter os servidores na região de fronteira, se tornando mais um atrativo à permanência dos servidores. Lima, a respeito dos encargos docentes, destacou que com a fundação o professor poderá trabalhar sem descaracterizar o DE, agregando bolsas ao seu vencimento sem prejudicar a sua carga horária. Sobre a questão da carreira TAE a servidora Fátima destacou que o quantitativo dos servidores do NUDE precisará ser pensado com mais atenção tendo em vista a demanda de trabalho, faltando mais um Assistente Social. O professor Vagner, a respeito da fundação, acrescentou que a questão de eventos será importante destinar um valor para o marco da ciência para destinar bolsas a todos os interessados. Geise colaborou a respeito da falta de TAE na Secretaria Acadêmica que a cada curso criado deveria ser levado em questão o acréscimo de pelo menos um novo técnico para atender a demanda. Sandra (PROGEPE), a respeito da distribuição de técnicos específicos para determinado curso, ocorreu que as demandas da secretaria acadêmica a nova gestão vinculou os três técnicos para secretaria acadêmica e administrativa (e ela entendeu que isso não gerou prejuízo ao curso), respondeu que o MEC libera códigos de vaga conforme o pactuado, mas que eles não são atrelados ao curso e sim, a abertura dele. Segundo ela, o docente é do campus e conforme o perfil, ele poderá atuar em mais de um curso e os técnicos seriam lotados no campus ou na reitoria, sem serem atrelados a qualquer curso. Lima destacou que a pactuação com o MEC é, em tese, a partir da abertura do curso. O redimensionamento dos TAEs é um trabalho que os campi deverão fazer primeiramente, mas que a Unipampa como um todo está discutindo de forma coletiva o redimensionamento para implementação até 2020. É preciso saber quanto o servidor entrega como trabalho e quanto o setor também entrega, até mesmo para vislumbrar qual setor está sobrecarregado e qual está com poucas atribuições e com muitos servidores. Sem essa visão, ainda é essencial o olhar do gestor sobre as particularidades de cada curso. O Vice-Reitor lembrou que para o MEC a Unipampa é a universidade que tem mais TAEs no comparativo com o número de professores. Isso não significa que deveremos ficar passivos, mas que deveremos mudar o discurso de que somos multicampi e propor a discussão com o MEC tendo em mãos uma matriz redimensionada, levando em consideração que não há como atender a todas as demandas de servidores. Para ele, cada campus deverá propor diretrizes para que de uma forma coletiva se alcance um consenso. Sem subsídios para a reitoria será complicada a negociação do Reitor com o MEC. Por isso, ele frisou que o redimensionamento é um sinal amarelo para a Unipampa. O professor Algacir colaborou que a respeito da educação no campo de que

só faz sentido o curso quando se mantém algumas características dele, como um transporte específico, duas entradas por ano e o perfil dos alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica. Quando da redistribuição dos TAES, deve ser levado em consideração essa especificidade do curso, pois o atendimento requer mais servidores e uma logística diferente. Por isso, ele solicitou que seja pensada a gestão de alocação de servidores para que o curso mantenha a sua característica e peculiaridade. Para ele, o curso continuará demandando, mas não há como ter conhecimento a respeito da jornada de trabalho e fluxo de trabalho dos servidores, por isso que a gestão deverá informar para que todos consigam compreender essa questão. Luís destacou que é preciso repensar a oferta de cursos que já não apresentam apelo e não conseguem há mais de dois anos complementar o número de 50 vagas discentes, mas que continuam a ofertar esse número sem qualquer reflexão a respeito. Além disso, tem que ter planejamento na eleição de um perfil docente e na própria forma de atender uma redistribuição ou vacância. Sem o redimensionamento, sem a discussão não há como atender a todas as demandas. Ele reforçou que o MEC informou em reunião que em sete anos a folha da Educação dobrará e ele destacou que, diante desse impacto financeiro, muitas mudanças acontecerão. Luís reforçou que para o MEC a Unipampa possui um número considerável de técnicos e que, diante disso, a Unipampa deverá planejar melhor as ações. Para Sandra, desde 2016 foi finalizado o trabalho de transparência do plano de trabalho dos TAES e em breve o plano de atividade dos professores estará disponível. Ela destacou que é possível, no sistema GURI, fiscalizar e compreender as atividades laborais dos servidores. Lima, a respeito dos encargos docentes, frisou que a norma dos encargos acadêmicos está em andamento. Chegará um determinado tempo em que o campus que melhor apresentar o plano de trabalho docente terá prioridade na alocação de vagas docentes. Por isso, é preciso que a DE evidencie o trabalho do professor, registrando o perfil dele que pode ser mais extensionista, pesquisador ou de sala de aula. Para ele, estamos caminhando para que o servidor docente registre o mais fielmente possível o número de aulas dadas e todas as atividades até fechar o quantitativo de 40 horas, pois cada vez mais seremos cobrados a respeito disso. Geise colaborou que já há um trabalho no campus para adequar o quadro de pessoal do campus, partindo do número atual de servidores e que em função da implantação do SEI em 2019 será possível melhorar a gestão do trabalho. O professor José Guilherme pediu para que fosse levado em consideração a especificidade de alguns cursos e há problema nos sistemas da Unipampa que não funcionam bem. Ele citou, por exemplo, que para pedir um simples afastamento o servidor perde muito tempo e que poderia ser como o sistema para Frotas que é bom e diminui a burocracia e perda de tempo. Mesmo assim, ele reforçou que não deveremos aceitar o atual cenário sem reflexão e ação, pois o avanço da EAD é, de certo modo bom, mas é preciso fortalecer os cursos presenciais. Sandro Burgos, a respeito do apontamento sobre os valores dos auxílios não correspondentes à realidade, frisou que o entendimento do auxílio como forma de contemplar a totalidade dos gastos do aluno não é factível, pois como o próprio nome

afirma, é um auxílio financeiro. Complementou que na atual gestão não se exige mais o registro cartorial dos documentos e com isso, diminuiu o custo para os alunos. A ausência de profissionais da área, como psicólogos, foi apontado como Sandro como uma demanda que será muito difícil de ser atendida, pois o ideal é o acréscimo de mais um psicólogo na equipe da PRAEC. Ele concorda que a demanda é grande, mas não será fácil conseguir os códigos de vaga. Madruga colaborou lembrando que os campi querem psicólogos que atendam direto aos alunos, mas é preciso ver se o código de vaga permite essa atuação oficialmente. Lima colaborou que estão analisando a demanda e há o planejamento a respeito, procurando primeiro capacitar as equipes dos campi para o acolhimento dos alunos. Lima frisou que dentro do clima organizacional deveremos nos preocupar com o acolhimento dos servidores e alunos, pois com a tecnologia as pessoas estão cada vez mais se afastando umas das outras. Ele frisou que o trabalho do psicólogo é vital, mas o papel humano de todos também será muito importante para diminuir as doenças inerentes ao meio acadêmico. Por isso, o olhar diferenciado e carinhoso para com os colegas e alunos é uma ação que qualquer pessoa poderá fazê-lo e que será muito útil para a saúde coletiva. José Guilherme propôs que se pense na questão de que o campus teve vários casos de tentativa de suicídio e é importante que o documento aborde com ênfase essa demanda social relevante (do respeito e manutenção da vida), pois ele calcula que possivelmente seja um problema que infelizmente acontece em outros campi. Ele complementou a sua fala apontando que não só o NUDE deverá se preocupar com isso e sim todos os envolvidos. Lima elencou quais atividades estão sendo realizadas por parte da Reitoria no respeito da saúde mental da comunidade acadêmica. Fátima contribuiu que o NUDE entrou em contato para que seja feita uma visita de modo a atuarem ativamente com os alunos. Para ela, a prevenção tem que ser uma política institucional que deverá ser fortalecida. Ela explicou como funciona o atendimento via rede pública e isso deve ser repensado como estratégia da Unipampa em relação a comunicação/parceria com os municípios. Geise destacou que o NUDE se empenha em atender os alunos e ela percebeu a ansiedade dos alunos e isso pode estar relacionado aos casos de tentativa de suicídio. Ela explicou a dificuldade de atendimento via rede pública e reforça o pedido de visitas periódicas do psicólogo ao campus. Sobre política estudantil Luís destacou que os diretórios acadêmicos não registrados não podem ser atendidos em relação a demandas como espaço físico ou qualquer outra forma de atendimento de demandas. Lima colaborou que até mesmo vendas feitas nos diretórios devem ser evitadas, pois ele próprio respondeu a questionamentos jurídicos a respeito. Eixo 3 – Viviane (PROGRAD) apontou que a questão didático-pedagógica está sendo reestruturada através da nova resolução que substituirá a Resolução 29, de modo a atender a nova realidade dos cursos, principalmente aqueles que pensam a lógica interdisciplinar. Em virtude do registro “ciências naturais ou ciências da natureza” nos diplomas, ela destacou que isso atende a legislação federal e que a PROGRAD procura sensibilizar os municípios e o estado a respeito da adequação do currículo escolar para essa realidade. Rafael Maurer contribuiu sobre a ausência de

política para ampliação de espaço de vivência será resolvido com a curricularização da extensão. O professor José Guilherme colaborou que em relação às políticas inclusivas solicitou que fosse registrado que a questão da sinalização nas instalações do campus (e dos demais) deverá ser planejada, principalmente por questão do reconhecimento dos cursos e conseqüentemente, para atendimento da comunidade. Sandra destacou que a questão da contratação de professor de Libras está em andamento, mas o campus precisa enviar a banca do concurso, pois há 20 homologados para o concurso. Ela questionou que precisamos discutir qual é a dificuldade do campus em compor a banca e, diante da resposta, quem sabe não seria o caso de fazer o concurso em Bagé. Geise destacou que a sinalização dos espaços para adequação à acessibilidade está em andamento e conta com o trabalho da PROPLAN. Por sua vez, em relação à banca para o concurso de Libras, ela não tem muitas informações, mas em princípio, a banca já está formada e será encaminhada a sua composição em breve. Luís destacou que as mudanças na legislação que envolve os PPCIS tem provocado um descompasso no trabalho da PROPLAN, pois a cada mudança uma parte do trabalho tem que ser refeito. Por fim, ele afirmou que os prédios novos já atendem as exigências de acessibilidade. Às 12h a reunião foi interrompida para o almoço, recomeçando às 13h56 com o eixo 4 – infraestrutura. Denise, professora, apontou que o PIBID não tem um espaço específico para ele e que portanto deverá ser inserido um espaço para práticas pedagógicas como uma demanda, além de espaço para curricularização da extensão, como forma de desenvolver os projetos. Geise destacou que em relação ao transporte para levar os alunos para a estância já acionaram a prefeitura, mas será preciso um trevo na entrada, com identificação da universidade. Além disso, falta estrutura como energia elétrica para poder implantá-la. Seria interessante uma descentralização de recursos para atender diretamente a estância. Leonardo, Coordenador Acadêmico, ressaltou que a área de campo é de uma quadra, mas precisamos melhorar a sua estrutura, pois ela é uma “sala de aula” aberta de todos os cursos do Campus Dom Pedrito. Mas, além do conflito na questão de horários de aula, ele ressaltou que ainda temos o problema de como levar os alunos até o local. Luís Hamilton informou que o planejamento e a sua estrutura e o modo como estamos distribuídos (e a quantidade de cursos) impacta a construção do PDI regente. Hoje, o cenário é de crise, talvez a primeira que a Unipampa esteja passando. Por isso, quaisquer decisões que impactem o orçamento deverão ser muito bem pensadas. Como exemplo, ele apontou que construir um prédio sem levar em consideração o consumo de água, luz, manutenção e postos de terceirizados é um erro grave, pois é evidente que se isso aconteceu foi por que não houve planejamento. Para Luís, faltou zelo ao criar quantitativos de cursos sem ter a infraestrutura básica dos primeiros cursos. Com isso, tanto os cursos do primeiro ciclo quanto os do segundo restaram com carências de infraestrutura. Luís reforçou que o orçamento da Unipampa está atrelado ao número de alunos, por isso, é preciso internalizar o problema da evasão e retenção como forma de fazer o dever de casa, pois o recurso total da Unipampa corre riscos diante dos números preocupantes de evasão. Por isso, é preciso ficar claro para

todos que quanto menos alunos matriculados, menos alunos. Em relação à infraestrutura, o fato de comprar muitos veículos ao mesmo tempo, por exemplo, precisaria de um estudo a respeito da manutenção e demanda de postos de trabalho e isso tem que ser feito antes e não depois de ter comprado. Luís reforçou que o Campus deverá definir claramente quais são as suas prioridades em relação à infraestrutura. Em relação ao recurso de investimento os valores foram muito menores em relação ao ano de 2016, por exemplo. A partir do próximo reitor, boa parte dos recursos estará nas mãos do MEC, evidenciando um cenário de muita incerteza e preocupação. O professor Vagner destacou que no curso de Enologia foi pensada uma prioridade, mas ele entende que outros cursos também as têm. Por isso, ele complementa que a prioridade deva ser da unidade e não por curso. Reforçou que o cenário do PDI deverá levar em conta o cenário que estamos vivendo e não aquele que poderá vir a surgir, pois o PDI prima por ser factível. Luís destacou que a experiência com o campus Dom Pedrito será um ganho financeiro, pois a conta de energia é a segunda maior despesa da Unipampa. Se a experiência com energia solar der certo, será espalhada para outros campi e perceberemos o ganho financeiro e ecológico. Para ele, os cursos serão incentivados a enfrentar os indicadores negativos das unidades. Quem conseguir isso, receberá uma maior atenção orçamentária. Cíntia colaborou afirmando que a subutilização dos laboratórios deveria estar como ponto fraco, não em infraestrutura, e sim em outro eixo. Burgos apontou que os pontos fracos observados a PRAEC, a questão do preço do RU foi discutida por ele que apontou que em 2016 a LOA era de R\$ 12,6 milhões e foi de R\$ 9,6 milhões. Quanto ao PNAE também houve um considerável retrocesso financeiro. Antes, eram 4 programas assistenciais e hoje são em número de 13. A média de 1300 estudantes beneficiados passou de 2000. Além disso, a média de pagamento do valor do RU subiu, pois era de R\$ 7,50 e passou, aos poucos, para R\$ 12,00. Com o rompimento de contrato com uma empresa, por exemplo, em uma nova licitação o valor cresceu quase 40%, sem que isso fosse passado nos primeiros meses para os alunos. Com isso, a Unipampa foi “jogando” com o orçamento e adiando o aumento do RU até meados de 2018. Ele frisou que foi uma decisão de gestão tanto o adiamento do aumento quanto o aumento em 2018. No eixo 6, o professor Nelson apontou como o ponto fraco a participação da comunidade acadêmica nas avaliações institucionais que, normalmente, é pequena, sendo um reflexo disso a pouca presença da comunidade acadêmica na própria reunião de hoje. O professor Vagner apontou que a avaliação docente pelo discente há um problema de sistema, pois há discrepâncias na própria avaliação de um docente pelo aluno, pois um pode dar 5 pela frequência e o outro 1. Ele apontou que, em uma turma com 5 alunos, não foi avaliado por nenhum e, conseqüentemente, ficou com zero, o que prejudica na avaliação. Foi apontado pela professora Denise que há poucos elementos que permitem uma reflexão do professor em relação à avaliação por parte do aluno, pois esse momento não foi bem pensado na estrutura. Além disso, foi sugerido que seja repensada a forma de acesso do aluno de modo que leve ele a preencher a avaliação para poder acessar o sistema. Pierre destacou que já está sendo avaliada a mudança

na avaliação do docente pelo discente, migrando para o Guri, fazendo com que o discente que não avaliar terá alguma restrição no sistema. Também é possível fazer com que o discente possa escrever na avaliação, desde que isso seja demandado. Quanto à avaliação, a aluna Fernanda solicitou que quando da justificativa da nota um poder ser encaminhada ao professor, mas sem a identificação do aluno. O professor Nelson apontou que, quanto à avaliação institucional, uma das maiores deficiências na avaliação é o fato de termos poucas ações culturais. Luís Hamilton questionou os presentes sobre a falta de debate sobre educação à distância, políticas de gestão, pesquisa, pós, ensino e da própria comunicação da universidade. Luís destacou que haverá uma etapa virtual para um novo momento de contribuições e a Unipampa precisará da participação do maior número possível da comunidade acadêmica. O Coordenador Acadêmico agradeceu o trabalho de todos e destacou que agora será importante o apoio de todos para compilar as informações. Fechando a reunião, ficou pactuada a data de 11/10 para envio do diagnóstico final. O Reitor em exercício agradeceu a presença de todos e destacou que este PDI será um instrumento benéfico para todos, pois a partir dele é que as demandas de prédios, nomeações, equipamentos e outras melhorias serão colocadas em prática. Ele agradeceu as contribuições do Curso de Educação no Campo, mas reconhece que sentiu falta da contribuição dos outros cursos. Nada mais havendo a tratar, eu, Leandro Silveira Fleck, encerrei o presente documento que será publicizado na página do PDI 2019-2023.